

Prescrição farmacêutica

Uma discussão acalorada em torno da prescrição farmacêutica, um dos temas mais polêmicos relacionados à profissão, movimentou o segundo e último dia da Plenária do Conselho Federal de Farmácia (CFF), realizada, em Porto Alegre, de 26 a 27 de maio de 2010. A discussão envolveu o Presidente da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), Dirceu Raposo de Mello; Diretores do CFF e de várias entidades da Farmácia convidados pelo CFF. Foi praticamente consensual a opinião favorável à aprovação da Consulta Pública número 01/10, do Conselho Federal, que propõe a regulamentação da prescrição por farmacêuticos de medicamentos isentos de prescrição médica (MIPs). O Presidente do órgão, Jaldo de Souza Santos, previu que, na próxima Plenária, que será realizada, em São Paulo, nos dias 1º e 2 de julho de 2010, a matéria será votada, "e aprovada". A edição de número 76, da PHARMACIA BRASILEIRA, foi fechada, no dia 21 de junho.

A Consulta Pública do CFF prevê a prescrição farmacêutica exclusi-



vamente para os MIPs (Medicamentos Isentos de Prescrição) médica. O ato é documentado, com a assinatura do profissional. Os farmacêuticos defendem que esse novo serviço qualificará o uso dos medicamentos isentos de prescrição médica, gerando segurança para os pacientes, vez que os protege contra possíveis interações medicamentosas, reações adversas etc.

Foi quase um consenso entre

os participantes da Plenária de maio, em Porto Alegre, que a prescrição é inevitável e que os farmacêuticos não poderiam mais conviver com a "humilhação" de ser penalizados, ao indicar (com orientação) um MIP. Logo eles, que são as excelências em medicamentos.

"A sociedade não pode deixar de contar com a prescrição farmacêutica, porque ela é um anteparo contra as reações indesejáveis provocadas pelos medicamentos", enfatizou o Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos. Ele declarou que farmacêuticos de todo o País vem pressionando o CFF, no sentido de que aprovem a prescrição farmacêutica.

O Diretor-Presidente da Anvisa, Dirceu Raposo, observou que os medicamentos são isentos de prescrição médica, mas não de orientação. Ele falou dos avanços conquistados no setor farmacêutico, com as normas emanadas da Agência. Citou a RDC 44/09, que resgata o sentido de saúde das farmácias e valoriza os serviços profissionais farmacêuticos, e pediu que a votação da Consulta Pública do



Diretores do CFF acompanham as manifestações dos Conselheiros e convidados



Plenária do CFF, em Porto Alegre: Conselheiros Federais e convidados debatem, com profundidade, a prescrição farmacêutica. À mesa (da esquerda para a direita), o Diretor da Fenafar, Ronald Ferreira dos Santos; o Conselheiro Federal de Farmácia pelo Tocantins e Presidente da Sociedade Brasileira de Farmácia Comunitária, Amilson Álvares; o Presidente da Abenfarbio, professor Carlos Cecy; o Presidente da Anvisa, Dirceu Raposo de Mello; o Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos; a Presidente da Anfarmag, Maria do Carmo Garcez; e o Presidente da Feifar, Danilo Caser.

CFF esperasse um pouco mais. Em vários países, lembrou Raposo de Mello, a prescrição farmacêutica é uma prática corriqueira, tanto nas farmácias, quanto nos hospitais.

O Presidente do CFF, entretanto, disse que não havia motivo para esperar, vez que a proposta esteve, durante meses, em consulta pública, atraindo grande participação de farmacêuticos, os quais se manifestaram, em sua ampla maioria, favoráveis à aprovação da regulamentação.

A Diretora Secretária-Geral do CFF, Lérica Vieira, pediu a aprovação da matéria, já, e alertou que se não for garantido o direito de o farmacêutico indicar medicamentos (MIPs), nas farmácias, outros profissionais virão reivindicar esse direito. “Os farmacêuticos atuam, em estabelecimentos onde existem medicamentos

isentos de prescrição médica, e não tem responsabilidades junto aos usuários desses produtos? Como pode isso? Ele tem direito, assegurado pela RDC 44/10, a um espaço privativo, nas farmácias, para poder atender o paciente, mas não pode indicar um MIP? Isso é uma contradição que só prejudica os usuários de medicamentos”, enfatizou Lérica Vieira.

O Conselheiro Federal por São Paulo, Ely Saranz Camargo, alertou que, se o Plenário do CFF não regulamentar, logo, a prescrição farmacêutica, futuramente, estará se lamentando por não ter tomado essa iniciativa que tanto ajudará a sociedade. Já a Conselheira Federal pelo Rio Grande do Norte, Lenira da Silva Costa, disse que essa discussão já está atrasada e que os farmacêuticos, que são excelências em Farmacologia, não podem ter

medo de discutir o assunto e muito menos de exercer a indicação de medicamentos isentos (MIPs).

As palavras de Lenira Costa reverberaram no pronunciamento do Vice-Presidente do CFF, Walter Jorge João: “Os farmacêuticos não podem ficar temerosos, diante de coisas como a prescrição. Ele deve abraçar essa causa – e já está abraçando –, e a Consulta Pública deve, sim, ser aprovada e a prescrição deve fazer parte dos serviços farmacêuticos”, defendeu Walter Jorge. Ele aproveitou para lembrar que esse tema tornou-se central nas discussões travadas, em Plenário, graças ao Presidente do órgão, Jaldo de Souza Santos.

O Diretor da Fenafar (Federação Nacional dos Farmacêuticos), Ronald Ferreira dos Santos, disse que a entidade “não é contra o CFF cumprir o seu papel de por o tema em discussão e aprovar a prescrição farmacêutica”. Mas pediu um esforço de todos para garantir a presença dos farmacêuticos, nas farmácias e drogarias, para prestar orientação ao paciente não apenas sobre os MIPs, mas sobre todos os medicamentos.

Outro representante de entidade farmacêutica, Danilo Caser, Presidente da Feifar (Federação Interestadual de Farmacêuticos), disse que tem andado por todo o País, e que os farmacêuticos reivindicam o direito à prescrição. “Trago, aqui, esta mensagem: os farmacêuticos querem ter o direito de prescrever”, sublinhou.

A Presidente da Anfarmag (Associação Nacional de Farmacêuticos Magistrais), Maria do Carmo Garcez, manifestou o seu contentamento com o fato de as discussões acerca do assunto iniciarem-se e ganharem densidade em Plenário do CFF. Ela pediu mais qualificação profissional para que os farmacêuticos exerçam, com segurança, a indicação de medicamentos.

Pelo jornalista Aloísio Brandão,
editor desta revista.